

Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA CNPJ 37.465.002/0001-66



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº012/2024 DE 01 DE MARÇO DE 2024.

"Concede a diferença para atingir os percentuais da revisão geral anual na forma do inciso X, do Art.37, da Constituição Federal aos servidores públicos municipais vinculados a Secretária Municipal de Educação de Querência-MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Querência/MT, Sr. Fernando Gorgen, faz saber que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

- **Art. 1º** Concede-se aos servidores públicos municipais efetivos, contratados e comissionados, integrantes do quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, a diferença de valor para atingir os percentuais da revisão geral anual, com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, no importe de 1,00% (um por cento), acumulado em fevereiro de 2024.
- Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de março de 2024.

Querência/MT., 01 de março de 2024
Fernando Gorgen
Prefeito Municipal



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA CNPJ 37.465.002/0001-66



MENSAGEM AO LEGISLATIVO

ASSUNTO: "Concede a diferença para atingir os percentuais da revisão geral anual na forma do inciso X, do Art.37, da Constituição Federal aos servidores públicos municipais vinculados a Secretária Municipal de Educação de Querência-MT, e dá outras providências".

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

O presente Projeto de lei, visa o pagamento da diferença dos percentuais de piso salarial e revisão geral anual dos subsídios dos profissionais vinculados a Secretaria Municipal de Educação, no percentual de 1,00%, haja vista que em Lei Anterior, a esses profissionais já fora concedido reajuste de 3,62%.

A proposição ora apresentada estabelece para os profissionais supramencionados, acumulado em 2023, o que corresponde à correção pelo INPC no período de 1º de março de 2023 a fevereiro de 2024.

O valor apresentado foi considerado justo, possível e legal para a recomposição salarial proposta, levando em consideração, a situação econômica do Município.

Ao apresentar este projeto de Lei à alta consideração desse Egrégio Poder Legislativo, solicitamos a aprovação do mesmo em regime de URGÊNCIA e renovo meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.